

# Casa de Prisão com Trabalho em Teresina-Piauí (1850-1880)

Detention House with Work in Teresina-Piauí (1850-1880)

Francisco Gleison da Costa Monteiro<sup>1</sup>

gleison.monteiro@ufpi.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2808-9516>

**Resumo:** Esse artigo procura apresentar, no contexto da reforma prisional do império do Brasil, as ações das autoridades administrativas provinciais do Piauí para construir, ampliar e estruturar os espaços de encarceramento dos criminosos. Deste modo, utilizamos na pesquisa documentos impressos e manuscritos; são fontes como relatórios provinciais, correspondências entre as autoridades administrativas, policiais e judiciais. As análises empíricas nos revelaram um universo intrincado dos homens livres e pobres no interior da província e também serviram de parâmetro para deciframos as formas que as autoridades engendraram para conter esse grupo nos seus quefazeres cotidianos, inclusive, encaminhando ao cárcere aqueles que julgavam desordeiros, afim de capacitá-los para o trabalho regular. Em relação aos pressupostos teóricos, nos deram suporte os seguintes autores: Chalhoub (2001), Mariz (2004), Lara e Mendonça (2006), Aguirre (2009), Dantas (2011), Albuquerque Neto e Maia (2011), Trindade (2012), Silva (2014), Cesar (2014), Britto (2018). Com este apoio documental e teórico, procuramos problematizar os discursos de que somente a privação da liberdade poderia tornar os contraventores probos para, posteriormente, serem inseridos ao convívio social. Alia-se a essa narrativa a construção de uma Casa de Prisão com Trabalho, cujo intuito era implantar oficinas no recinto penal e associá-las à instrução para a correção, no sentido de moralizar os detentos, ao mesmo tempo que se buscava com elas desonerar os cofres públicos.

**Palavras-chave:** Prisão com trabalho; Oficinas; Cadeias; Piauí.

**Abstract:** This article seeks to present, in the context of the penitentiary reform of the Brazilian monarchy, the actions Piauí's provincial authorities took to build, expand and structure the spaces for incarceration of criminals. Thus, we use printed and manuscript documents in the research. These are sources such as provincial reports, correspondence between administrative, police and judicial authorities. Empirical analyzes have revealed to us an intricate universe of free but poor men in the countryside of the province, and they were also used as a parameter to deciphering the ways authorities designed to contain this group in their daily tasks, including, referring to prison those whom they believed to be disorderly, in order to train them for regular work. Regarding the theoretical assumptions, the following authors supported our research: Chalhoub (2001), Mariz (2004), Lara and Mendonça (2006), Aguirre (2009), Dantas (2011), Albuquerque Neto and Maia (2011), Trindade (2012), Silva (2014), Cesar (2014), Britto (2018). With this documentary and theoretical support, we tried to problematize the discourses according to which only the deprivation of liberty could turn contraventors into honest people who could then, later, be inserted in social coexistence. This narrative was aided by the construction of a Detention House with Work, whose purpose was to set up workshops in the prison facility and associate them with instruction for correction, in the sense of moralizing the detainees, while, at the same time, they should relieve public coffers.

**Keywords:** Prison with work; Workshops; Jails; Piauí.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Piauí – UFPI, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil/PPGHB. Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bairro Ininga, 64049-550 Teresina, Piauí, Brasil.

## Introdução

Neste artigo abordaremos as formas de encarceramento, as políticas de introdução de instrumentos de controle e os mecanismos de disciplinamento que aconteceram em Teresina, na Casa de Prisão com Trabalho, em meados dos anos 1850-1880. O recorte temporal tem nos motivado a pensarmos as práticas penais da prisão com trabalho sob a luz do Estado imperial e seus reflexos nesta província.

O enredo procura seguir as pistas encontradas na documentação do Arquivo Público do Piauí, em especial, as correspondências circulares e reservadas entre as autoridades da Chefatura de Polícia, do Gabinete Provincial e das Delegacias, além dos jornais e dos relatórios provinciais; estes últimos se encontram no acervo digital do Núcleo de Pesquisa, História e Memória/UFPI. Os documentos coligidos dividem-se em manuscritos e impressos; ambos trazem informações minuciosas do universo prisional e dos sujeitos que foram sentenciados a ocupar as prisões. Logo, procuramos filtrar as fontes que nos sinalizassem os detalhes filigranados dessa movimentação dos detentos e da crítica feita a eles pelas autoridades, cujo alinhamento interpretativo enfocou a avaliação da ação do Estado frente às penalidades aplicadas à camada pobre da população da província.

Convém ressaltar que não objetivamos apresentar uma reflexão ampla sobre a reforma prisional, mas direcionar o leitor a perceber que as mudanças ocorridas no século XIX dizem respeito às diretrizes apontadas na Constituição do Império e no Código Criminal de 1830, trazendo ainda resquícios de algumas práticas apontadas no Livro V das Ordenações Filipinas (cf. Holloway, 1997, p. 41). Importa registrar que se trata de uma legislação que particularizou seus olhares para as classes menos abastadas; À vista disto “registrou e mapeou a força de trabalho, controlou o comportamento dos trabalhadores” e prontamente “ajudou a delinear a figura do cidadão” (Marson, 1984, p. 91). Daí a defesa enfática de criar um ambiente para controlá-los e fundamentar o trabalho como forma de moralizá-los.

A propósito, os debates sobre o tema em foco têm merecido atenção entre diversos historiadores. Como exemplo, podemos mencionar as ponderações realizadas por Albuquerque Neto ao referir que o sistema penitenciário no Brasil seguiu a “influência dos modelos europeus” (2015, p. 16) “por uma necessidade de um

efetivo controle social sobre as camadas mais pobres da população” (2015, p. 17).

Essas discussões também foram aprofundadas pela historiadora Cláudia Trindade, que em suas análises abaliza que as reformas avançaram para além do “suplício do corpo” e buscaram “reabilitar o criminoso para reinseri-lo na sociedade” (Trindade, 2012, p. 31). Ainda nessa interpretação, também podemos citar Tiago Cesar, que, em suas abordagens sobre o tema, mapeia e problematiza o processo do “cárcere” e dos “espaços de reclusão” na América Latina (Cesar, 2014, p. 22) e, por meio de seu diagnóstico minucioso, tem nos auxiliado a compreender a implementação de políticas de disciplinamento que procuravam regular a vida da população considerada “vadia”; assim, as “instituições carcerárias, que teriam como missão coadjuvar o trabalho da polícia, isolando e redisciplinando os indivíduos desviantes” (Maia, 2001, p. 23), vão ganhando força no período imperial.

Ao pensarmos essa questão no Brasil, observamos que foram articuladas várias estratégias para sua implantação, que, naquele momento, convergiu com a centralização do poder político e com as ações para consolidar o Estado nacional. Esses interstícios foram marcados por tensões e revoltas sociais durante o Período Regencial<sup>2</sup>, mas a classe dirigente soube arquitetar seu projeto em meio a esse contexto, sobretudo, com a publicação da Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1841 e a Reforma do Código do Processo, em 1842, que impôs certa autonomia à polícia e à justiça; assim, incorporaram-se a essas instituições profissionais habilitados nas funções de delegados, subdelegados e magistrados de toga<sup>3</sup>.

Para tanto, as reformas prisionais no Brasil procuraram pautar como importantes instrumentos, sobretudo, entre os círculos de criminalistas, que o “tripé – instrução, religião e trabalho” (Mariz, 2004, p. 13) fosse um dos principais auxílios para a “civilização e controle social”; assim, as ações punitivas “tinham por fim encarcerar e expurgar do convívio social aqueles que afrontavam ou ameaçavam a ordem vigente e a tranquilidade social” (Albuquerque Neto, 2008, p. 61).

Em consonância com esse projeto, instituiu-se no Piauí, via Resolução provincial nº. 584 de 24 de agosto de 1865, a criação das oficinas de trabalho centralizadas na Casa de Detenção de Teresina, que, posteriormente, se adaptou e se transformou em Casa de Prisão com Trabalho. Nessa mudança, foi projetado um “sistema punitivo e correcional” cuja arquitetura previa uma “base para a produção de indivíduos aptos ao trabalho e obedientes aos

<sup>2</sup> Para análises dessas revoltas, consultar as abordagens problematizadas por diversos historiadores no volume organizado por Monica Dantas. Na obra, podemos avaliar a dinâmica que se estabeleceu entre as elites, os escravos, índios, homens livres, dentre outros no contexto de formação do Estado nacional brasileiro (cf. Dantas, 2011).

<sup>3</sup> Nessa coletânea constam diversas pesquisas que versam sobre estas leis no período imperial e sua aplicabilidade no cotidiano dos escravos e dos homens livres e pobres (cf. Lara e Mendonça, 2006).

princípios morais da política imperial” (Silva, 2014, p. 104); assim, os presos podiam ser direcionados à reabilitação e, portanto, ao convívio social.

Em se tratando da condição dos sistemas prisionais, convém, primeiramente, analisarmos o discurso que as autoridades locais tinham perante os contraventores que estavam presentes em diversas vilas da província; depois, iremos nos deter apenas na Casa de Prisão com Trabalho na capital do Piauí.

Dito isto, trazemos à baila os discursos presentes na comunicação comutada entre as autoridades provinciais, cujas informações abordavam a situação da vigilância aos detentos e das estruturas físicas das cadeias públicas das diversas vilas da província. Assim, faz-se necessário registrar que em 20 de novembro de 1851, na correspondência escrita por Dr. José Antonio Saraiva, este recomendava reforçar “a maior vigilância sobre os criminosos” e cobrava empenhos severos; o fato é que a situação se agravava porque nas “Villa[s] não há[via] uma prisão segura para tantos malfeitores”. Desta forma, os capturados pela guarda conseguiam evadir-se, pois a fragilidade das cadeias obrigava os praças a vigiar os criminosos por “sentinella”; assim, reforçou o presidente ao delegado de polícia, “dobre sempre as sentinellas que guardarem os presos, e tenha cuidado de inspeccional-as todas as noites” (Livro de Registro de Correspondências do Palácio do Governo, 1857) para evitar negligência e descuido nas fugas. De tal modo, também pedia às autoridades “guarnições para dar forças à condução de presos, de ida e volta” (Livro de Registro de Offícios da Presidência, 1851), quando os réus fossem ser submetidos às sessões do júri nas vilas.

Mediante tantas recomendações, as autoridades suspeitavam que as fugas dos presos eram facilitadas, já que era comuns os pedidos para averiguações sobre o “desleixo da parte do Carcereiro e dos Soldados que escoltavam [os presos], quando estavam carregando água para a cadeia” (Livro de Registro de Offícios da Presidência, 1851); ou quando realizavam deslocamentos de presos, como foi o caso dos criminosos que se evadiram quando eram “remettidos [de Piracuruca] por uma escolta para a capital” (Livro de Registro de Correspondências com Autoridades, 1861).

Em diversas correspondências são notáveis os reclames das autoridades sobre os espaços para encarceramento. Em meados de 1850 não havia no Piauí cadeias adequadas para a prisão; para servir de espaços carcerários se podia lançar mão das mais variadas construções, muitas das quais, mesmo não sendo nem de longe recomendadas ao destino que se lhes dava, não deixavam de existir e compor uma estrutura física para atender, bem ou mal, à demanda e às exigências legais/judiciais. Podemos citar, por exemplo, a improvisação de aluguel de prédio para

fins carcerários; foi o que ocorreu na Vila de Príncipe Imperial. Esta é a preocupação que deixava transparecer o presidente Ignacio Francisco Silveira da Mota, em 15 de abril de 1850, numa correspondência em que dava “authorisação para alugar uma casa com as acomodações necessarias para prisão” (Livro de Correspondências do Palácio do Governo com Delegados, 1850).

Na década de 1860, conforme averiguamos nos relatórios provinciais, a precariedade das cadeias continuou, e as críticas também seguiam contundentes e serviram para expor a fragilidade da estrutura governamental do Norte do império, pois os governos provinciais não dispunham de recursos para se adequar às formas carcerárias que se difundiam. Por exemplo, a cadeia de Parnaíba, que precisava de retelhamento, as de Piracuruca, Campo Maior, Barras e as demais precisavam de reparos importantes para a segurança e manutenção dos presos, haja vista que não existiam grades de ferro e as paredes se encontravam trincadas (cf. Província do Piauí, 07/09/1850, p. 05).

Ainda na cadeia da capital era solicitado ao mestre de obras públicas “desviar as águas da chuva a fim de não entrarem nas prisões da Cadeia” (Livro de Registro de Correspondência com o Chefe de Policia, 1854), pois todo ano os detentos eram surpreendidos com água dos esgotos que atravessavam as celas. De modo semelhante, outras cadeias se encontravam em situação deplorável; esse era o caso de vilas ainda conservarem os presos em casas alugadas. Vê-se que o termo de São Raimundo Nonato estava na mesma situação, conforme Adelino Antonio de Luna Freire, dirigente da província, que informava à inspetoria fazendária a dispensa para que fosse “pago o aluguel de uma casa contractada pelo delegado de policia daquela villa, a rasão de quatro mil reis mensalmente para servir de cadeia e quartel da mesma villa” (Livro de Correspondência com a Fazenda Provincial, 1866). Além desta, também eram alugadas as de União, São Gonçalo, Valença, Picos, Marvão, Independência e Bom Jesus (Província do Piauí, 10/11/1862, p. 05).

Por causa da precariedade das cadeias e os poucos espaços para conter os presos, restava às autoridades cumprir seu papel de agentes no controle social e, por vezes, as prisões superlotavam: “Durante o anno passado, recolherão-se n’essa cadeia [de Teresina] 197 pessoas, sendo o máximo 83, e o minino 72, existem actualmente 74” (Província do Piauí, 13/07/1861, p. 05).

A falta de estrutura nas cadeias inviabilizava quaisquer tipos de pena como forma de correção, pois o fato de não haver “nenhuma condições exigidas para segurança e acceio, e commodidade [sic]” (Província do Piauí, 13/07/1861, p. 05) tornava o preso vulnerável a doenças. Além de ser um ambiente insalubre, os presos viviam tumultuados, tanto que a superlotação por vezes

contribuiu para o arrombamento e a evasão dos detentos de diversas cadeias.

Procurando prevenção para estas ações, encontramos diversos ofícios que acenavam para a necessidade de oferecer segurança nas vilas porque não “existia [m] cadeia [s], e sim casa particular” (Livro de Registro de Correspondências do Palácio do Governo com Delegados, Subdelegados e Chefia de Polícia. Anos 1850-1857); essa foi a reivindicação do delegado da Vila de Príncipe Imperial no ano de 1854.

Esse problema estava atrelado também à falta de carcereiros, pois sem cadeias e agentes era quase impossível evitar as fugas e os constantes ataques que alguns sujeitos faziam com o objetivo de invadi-las e arrancar os presos à revelia da justiça. Por esse motivo foi destinada cautela especial para as cadeias locais, em que se insistia junto aos dirigentes provinciais que era mais seguro remeter os presos para a capital do que deixá-los à mercê dos cúmplices de crimes e dos fazendeiros. Vejamos a correspondência que foi enviada para o Delegado de Polícia de Campo Maior.

*Respondendo a seu officio com data de 2 de Maio preterito tenho a dizer-lhes que com quanto seja insufficiente o destacamento dessa Villa para guardar os criminosos existentes na respectiva Cadea, e fazer diligencias policiaes no Termo, não é possível argumental-o pela falta de força que se sente n'esta Capital, pelo que deve V. mce. remetter para a Cadea d'esta cidade todos os criminosos que estiverem definitivamente julgados visto esmo por este modo se tornará mais suave o serviço da guarda da referida cadêa recommendando-lhe que quando tiver de fazer remessas de presos seja com toda a segurança devidido-os em duas porções, ainda que para isso se faça necessario augmento de alguma despesa de que sera indenizado.*

*Deos Guarde a V.mce. Antonio Francisco Pereira de Carvalho – Snr. Delegado de Policia de Campo Maior (Livro de Registro de Correspondência/Chefe de Polícia, 1854).*

Ainda é reiterada pelo dirigente provincial a pequena quantidade de guardas de polícia, que era insuficiente para destacá-los tanto para fazer vigilância na cadeia quanto para realizar diligências. No entanto, transportar os presos para a capital não resolvia o problema, pois muitos detentos eram retirados da vigilância das escoltas por seus pares e durante os trajetos muitas vezes se criava tensão entre a guarda e os invasores das tropas.

Em 1865, o presidente da província, Dr. Franklin Américo de Meneses de Dória, ainda apresentava em seu relatório dados estarrecedores sobre o aparato das cadeias e os maus-tratos a que os presos estavam submetidos.

Segundo o dirigente,

*Dos 20 termos da provincia 12 possuem cadeias publicas, e são: Theresina, Oeiras, Parnahyba, Jerumenha, Picos, Jaicoz, Principe-Imperial, Campo-Maior, Barras, Batalha e Piracuruca. A primeira, cuja construção vae em progressivo andamento, depois de concluída, será a muitos respeitos a melhor de todas. A de Oeiras é bem edificada, espaçosa e regularmente dividida. Depois d'ella, a da Parnahyba é a que corresponde menos imperfeitamente a seu fim. Nos termos de Bom Jesus da Gorgueia, S. Raimundo Nonato, S. Gonzalo, União, Pedro 2º, Marvão e Independencia, servem para prisão casas insignificantes, algumas cobertas de palha (Província do Piauí, 12/07/1865, p. 08).*

Como vemos, destes Termos destacam-se como bem conservadas as cadeias de Oeiras e Parnaíba: as demais estavam em situação precária porque o tesouro provincial não dispunha de recursos para construir ou ampliar as que já existiam, mas se salientava a intenção de fazê-los nos debates com as autoridades. Nesse caso, como os gestores queriam punir o crime se nem ao menos conseguiam estruturar as cadeias e aumentar os efetivos de guardas? Por essas razões, expressavam os agentes da administração pública, a criminalidade aumentava, pois sabia-se que a impunidade era certa porque não existia força policial e judicial que pudesse punir os criminosos e apenas uma minoria era presa em cadeias cujas prisões permaneciam em “casas insignificantes, algumas cobertas de palha”.

Ainda nos reportando ao relatório do Dr. Franklin Américo de Meneses de Dória, este reforçava às demais autoridades:

*Recommendo a vossa particular attenção o objeto de que trato, reflectindo-vos, com imenso pezar, que segundo me consta, há ahí mais de um desgraçado que tem gemido com os pés mettidos em troncos ou ligado a um poste por uma corrente de ferro, em razão da falta de segurança da prisão em que o crime o precipitára! Cumpre desde já melhorar, ao menos, o estado d'esses casebres, miseraveis arremedos de cadeias; proporcionar ao preso os commodos a quem tem direito n'ellas; pô-lo a salvo do horrendo cárcere privado e adoçar-lhe os rigores da pena, que é obrigado a cumprir, com os deveres triviaes de humanidade (Província do Piauí, 12/07/1865, p. 08).*

Quem merecia ser punido em “troncos ou ligado a um poste por uma corrente de ferro”? Os pobres que não estavam agregados a nenhum fazendeiro? Os criminosos



autores de delitos hediondos ou os miseráveis e indigentes que circulavam pela província? Por essas questões e pela descrição da citação acima, é possível deduzirmos que os presos dos “miseráveis arremedos de cadeias” eram pessoas pobres que não dispunham de meios para arcar com as despesas judiciais, mas que resistiam fugindo e apelando para seus iguais invadirem as cadeias e retirá-los do encarceramento. Essa atitude rompe com as interpretações das autoridades policiais e judiciais<sup>4</sup> que viam a aplicabilidade da “pena de privação da liberdade” como um fortíssimo artifício do “ideário de civilização e modernidade jurídica” (Britto, 2018, p. 28).

Não obstante, ainda podemos interpretar que a implementação a privação da liberdade com a prisão com trabalho, na compreensão das autoridades e da classe senhorial, era a forma de “manter ocupadas as mentes dos presos”, mas a “falta de escola, trabalho e religião, alicerces básicos na reabilitação social” (Mariz, 2004, p. 53), impediram que essas instituições auxiliassem a controlar socialmente esses sujeitos e pudessem impor-lhes a ordem e a moral em seus costumes.

O fato é que o tesouro provincial dispunha de poucos recursos para zelar pelas cadeias e ampliá-las. Para termos uma ideia do quantitativo de presos durante o decênio de 1854 a 1863, o júri das comarcas do Piauí contabilizou 1.053 réus. Destes foram condenados 384 e absolvidos 669. Soma-se a estes o número de 303 escravos (Província do Piauí, 01/07/1864, p. 08).

Esse contingente de presos pobres estava distribuído nas diversas cadeias da província, sendo que a maioria deveria ser direcionada para a cadeia da capital. O difícil era manter as despesas com a compra de roupas – calças e camisas para homens e saias e camisas para mulheres – e objetos diversos (Livro de Correspondência/Administração da Fazenda Provincial, 1866) para a cadeia da capital, o que, na maioria das vezes, onerava as escassas finanças provinciais. Além desses materiais destacam-se também as despesas com alimentação, inclusive, chegando-se a recorrer ao presidente da Comissão de Socorros Públicos, Major João da Cruz e Santos, que houvesse por bem “mandar dar aos presos deste estabelecimento [Casa de Detenção] o socorro de cem litros de farinha de 4 em

4 dias” (Secretaria de Polícia. Casa de Detenção/Casa de Prisão com Trabalho. Anos 1871-1888).

A tabela 1 pode nos ajudar a analisar as essas despesas com os presos.

Como se vê, as despesas de maior impacto para o tesouro provincial estavam em Teresina (11:827\$756) e na cadeia de Oeiras (8:321\$120). Como dito anteriormente, eram as que concentravam o maior número de detentos por serem amplas e mais seguras, principalmente, a de Oeiras. Além do sustento e vestuário aos presos, oneravam os cofres públicos as despesas com guardas e diligências na captura de presos evadidos.

A única despesa que ficava sob a execução financeira do Ministério da Justiça eram os carcereiros<sup>5</sup>. Aliás, estes eram uma espécie de administradores<sup>6</sup> dos presos e da Casa de Detenção.

Com o alto custo das cadeias e da Casa de Detenção, os dirigentes da província do Piauí avaliavam que estava difícil sustentar essa estrutura. Na verdade, essas autoridades sempre se queixaram dos altos custos para a manutenção do sistema carcerário e exigiam mudanças. Para Luna Freire,

*Seria muito conveniente que houvesse em cada termo uma cadeia nas condições prescriptas pela Constituição; porém como as forças dos cofres provinciais não comportão despeza tão avultada que provinciais muito mais adiantadas não tem até hoje podido realizar, julgo de summa utilidade, e para isto chamo vossa atenção, que se divida a província em districtos e que em cada um d'elles se edifique uma cadeia com as devidas accomodações, não só para detenção, como casa de prisão com trabalho (Província do Piauí, 09/09/1867, p. 11).*

A proposta era dividir as cadeias em cinco distritos, sendo elas construídas em Parnaíba, Teresina, Príncipe Imperial, Oeiras e Paranaguá. Nos outros Termos haveria apenas simples casa de detenção para conservar aqueles criminosos que esperavam a formação da culpa. Essa estrutura ajudaria a desafogar a Casa de Detenção de Teresina e ofereceria mais “segurança na guarda dos

<sup>4</sup> Sobre o papel do Estado e da polícia nesse terceiro quartel do século XIX, sobretudo, no controle da classe trabalhadora que se espalhava por toda província, afirma Maia: “A necessidade da passagem do trabalho escravo para o livre trouxe para as elites brasileiras novas exigências de controle social que as levou a concentrar no Estado o monopólio da violência e da repressão, o que antes era exercido com frequência pelos senhores de terras e escravos. Esta tarefa teve mais êxito nas áreas urbanas de maior concentração populacional, onde também as relações de apadrinhamento eram menos significativas do que na área rural. À polícia seria destinada a incumbência de assumir o papel de protetor da propriedade e de exercer o controle sobre o comportamento da população urbana. O governo imperial de fins dos anos de 1860 e depois o republicano das primeiras décadas do séc. XX tentaram seguir a experiência europeia de formar uma polícia capaz de exercer esse controle sobre a vida pública do povo, mas sempre atentos às peculiaridades que atuavam em torno de uma questão tão delicada, num país como o Brasil, quanto à de concentrar o poder de polícia nas mãos do Estado e querer criar um padrão de comportamento urbano para as classes populares, acostumadas à liberdade que detinham na rua” (2001, p. 20).

<sup>5</sup> Cf. Livro de Correspondência do Ministério dos Negócios da Justiça enviada ao presidente provincial do Piauí. APEPI. Palácio da Presidência. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. Anos, 1867-1884. Caixa IV.

<sup>6</sup> Sobre a nomeação dos carcereiros, ver os artigos 46 e 47 do Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842, que regula a execução da parte policial e criminal da Lei nº 261 de 3 de Dezembro de 1841. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Regulamentos/R120.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Regulamentos/R120.htm). Acesso em: 01 out. 2019.

**Tabela 1.** Demonstrativo do sustento e vestuário dos presos nos anos financeiros de 1864 a 1867**Table 1.** Statement of prisoners' livelihood and clothing in the financial years 1864 to 1867

Municípios	1864 a 1865	1865 a 1866	1866 a 1867	Total
Theresina	3:704\$070	4:351\$180	3:772\$500	11:827\$756
Oeiras	3:093\$760	2:982\$880	2:244\$480	8:321\$120
Parnahyba	614\$720	660\$160	429\$600	1:704\$480
Campo-maior	528\$360	143\$840	446\$720	1:118\$920
Marvão	82\$680	11\$360	21\$920	115\$960
Jaicós	224\$320	344\$760	353\$440	922\$520
Peracuruca	597\$100	566\$400	369\$970	1:533\$470
Príncipe Imperial	950\$500	780\$295	631\$980	2:362\$775
São Raimundo Nonato	15\$840	-	-	15\$840
São Gonçalo	338\$580	25\$120	280\$800	644\$500
Paranaguá	280\$800	155\$500	252\$800	689\$100
Jeromenha	285\$800	254\$640	138\$800	679\$240
Bom Jesus da Gurguea	-	-	36\$320	36\$320
Independencia	80\$000	39\$520	3\$200	122\$720
Barras	564\$160	385\$120	869\$760	1:819\$040
Pedro 2º	43\$160	-	-	43\$680
Picos	104\$640	133\$600	12\$480	250\$720
União	54\$720	-	-	54\$720
<b>Soma</b>	<b>11:563\$736</b>	<b>10:834\$375</b>	<b>9:864\$770</b>	<b>32:262\$881</b>

Fonte: Província do Piauí, 21/07/1868, p. 11.

criminosos, notável economia para os cofres, que não despendem pouco com o alimento e vestuário de presos pobres” (Província do Piauí, 09/09/1867, p. 11).

## A Casa de Detenção com Trabalho

A questão de que trata a inserção do trabalho para os detentos nas cadeias vinha se estendendo desde as décadas de 1850. Em comunicação realizada entre o Conselheiro Luiz Antonio Barboza, Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios da Justiça, e o presidente provincial, Dr. Luiz Carlos de Paiva Teixeira, ao questionar a autoridade sobre as possibilidades da implantação das prisões com trabalho, este, em longa carta, responde:

*Na Província não existem concluídas, em obras, ou por começar casas de prisão com trabalho e nem até esta data lei alguma a semelhante respeito. Na cadêa de*

*Oeiras, onde recolhem-se e conservão-se anualmente cento e vinte a cento e quarenta presos pela maior parte pobres, vindos dos diversos municípios da Província, reconhecendo o Chefe de Policia, de acordo com a Presidência que seria conveniente fazer trabalhar na mesma cadêa aquelles presos, que por ventura tivessem algum officio, aos quaes desde então não se abanassem pelos cofres publicos os respectivos alimentos, tem-se feito trabalhar no pátio, que fica no interior do edificio os presos, que voluntariamente a isso tem-se resolvido, e cujos officios podem ser exercidos no acanhado espaço destinado para o serviço, convertendo em proveito proprio as obras por elles feitas (Livro de Correspondência recebida do Palácio Governo. Min. e Secretaria do Estado dos Negócios da Justiça. Anos 1852-1854).*

O presidente foi enfático ao lamentar a inexistência de lei ou projetos sobre a “prisão com trabalho”. O que incomodava as autoridades era a superlotação nas cadeias e a ociosidade dos presos. Por isso, era “conveniente fazer

trabalhar na mesma cadêa aquelles prezos”, e esse desígnio poderia servir para “moralizar e tornar os indivíduos úteis à sociedade”, e esses eram, sem dúvidas, objetivos perseguidos com a introdução das oficinas no recinto penal” (Cesar, 2014, p. 88). Talvez, assim, tirassem de circulação os populares inativos, que, ao olhar das elites e das autoridades policiais, resistiam ao trabalho regular e praticavam a vadiagem, e por isso eram “vistos como empecilhos ao desejo civilizatório da sociedade” (Al-Alam, 2013, p. 257).

Quem eram esses presos? Existiam diversos perfis, dentre os quais podemos apontar alguns, como agregados, capatazes, roceiros, mas, independentemente dos ofícios que estes exerciam, em sua maioria, eram oriundos das camadas subalternas da sociedade, e os discursos dos agentes da administração pública visavam, inequivocamente, incutir a disciplina aos presos e redimi-los pelo trabalho para que, quando deixassem o recinto carcerário, estivessem aptos a viverem integralmente e se integrassem às “boa sociedade”. Britto, analisando o contexto da cidade de Recife – mas aqui podemos fazer analogia com os discursos das autoridades do Piauí –, enfatiza sobre a prisão carcerária que,

*Deste modo, era considerada, por parte da elite, como uma instituição nodal para a manutenção da segurança pública, pois a Casa de Detenção supostamente imprimiria um temor aos grupos da desordem e do crime atuando como uma “instituição tranquillizadora”, na medida em que sua presença seria supostamente capaz de intimidar os segmentos populares e dissuadir suas potenciais carreiras criminosas (Britto, 2014, p. 18).*

Assim, esse discurso refletiu efusivamente nos debates das elites, assim como em Recife; o Piauí também vivenciou semelhante difusão acerca dessa instituição como espaço “nodal para a manutenção da segurança pública”. Tomando como referência e analisando outra correspondência do Dr. Luiz Carlos de Paiva Teixeira ao Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios da Justiça, desta vez com uma narrativa longuíssima, a súplica foi reverberada novamente pelo presidente provincial, que enfatizou obstinadamente a indispensável construção de uma instituição correcional na Capital,

*[...] huma caza de prizaõ com trabalho, que comprehendesse o sistema penitenciário cuja base e principio vital fosse o silencio, a que se unisse hum trabalho continuo de muitas horas e huma reclusão absoluta no resto do dia e da noite, conseguir-se hião grandes vantagens desde já, e melhormente para o futuro, segundo mais bem conhecido e comprehendido fosse o sistema que tem por fim a volta do culpado ao seio da sociedade,*

*melhor e mais bem morigerado. Por virtude de hum Regulamento, logo que hum prezo chegasse a prisão qualquer que fosse o seu modo de vida anterior seria obrigado a aprender hum officio, cujo exercicio pouco e pouco o levasse a habitos de ordem e regularidade, em a cella, separada da de cada huma dos demais prezos, deveria ter a sua diposição huma Biblia, cuja única leitura lhe fosse permittida (Livro de Correspondência recebida do Palácio Governo. Min. e Secretaria do Estado dos Negócios da Justiça, 1850).*

Destacam-se na citação as questões do trabalho e da religião como aspectos importantes para disciplinar o criminoso. Para o sistema de trabalho, deveria ter um sistema penitenciário rigoroso em que predomine “o silencio, a que se unisse hum trabalho continuo de muitas horas”; talvez, o cansaço e a aprendizagem de um “officio” pudessem redimir o condenado e assim trazê-lo ao “seio da sociedade”. Da parte da religião, seria importante a presença de um Capelão, que seria responsável pelo diálogo a partir de orações, até incutir nos presos a leitura bíblica. Mas, como é sabido, a maioria era analfabeta, por isso estavam “privados da consolação da leitura religiosa”, mas, explica a autoridade, para remediar esse mal, “estabeleça-se huma ou mais escolas aonde os prezos divididos por classes sejam ensinados, marcando-se as idades dentro das quaes ao ensino [religioso] sejam obrigado” (Livro de Correspondência recebida do Palácio do Governo. Min. e Secretaria do Estado dos Negócios da Justiça, 1850).

Em função de reivindicações dos adeptos desse sistema, foi assinada a Resolução nº 584, publicada em 24 de agosto de 1865, em que foi autorizado pelo presidente Dr. Franklin Américo de Menezes Dória, “crear na cadeia publica d’esta cidade [de Teresina] as officinas de trabalho” (Província do Piauí. 1865. Código das Leis Piauienses, Tomo 25. Parte 1-2.). Assim sendo, começaram no ano seguinte, na capital piauiense, os reparos na Casa de Detenção e as adaptações para que fosse instaurado o sistema penitenciário de prisão com trabalho.

Após a conclusão da reforma e o amparo legal perante a lei, o Dr. José Manoel de Freitas, dirigente provincial, determinou a implementação do trabalho no interior da cadeia sediada na capital. Nesse ato, foi baixada uma portaria no dia 23 de 1868 criando “tres officinas de trabalhos, sendo as de alfaiate, carapina e sapateiro”, em que foram oferecidas “acommodações sufficientes, para que se tente nelle um pequeno ensaio do systema penitenciário, promettedor de immensas vantagens e que tem constituído parte mui importante das vigílias e estudos de grandes pensadores” (Província do Piauí, 21/07/1868, p. 10). Ainda, insiste o mesmo gestor que a oficina “não consiste[m] somente na coacção da liberdade do delin-

quente, mas na correção moral, a qual surge do trabalho, que cança o espírito, trazendo-o a reflexão”. Soma-se a isso “a instrução, que ilumina a inteligência, mostrando a verdade; e sobretudo na religião, que moralisa, conforta o coração do criminoso com esse balsamo suavizador, que tanto eleva a alma do cristão – esperança e resignação” (Província do Piauí, 21/07/1868, p. 10)

Esse contexto, o da criação da Casa de Prisão com Trabalho, ocorreu em todo o Brasil e na América Latina, mas não podemos considerá-lo uma ação expressiva no sistema penitenciário porque “não foi generalizada”, pois as limitações econômicas e a instabilidade nos Estados tornaram tímidas as “reformas institucionais de envergadura” (Aguirre, 2009, p. 40). Por outro lado, essa proposta impôs seus reflexos no âmbito dos cárceres; conforme Trindade, foi “pensada à luz de um contexto ideológico e mental em que modernidade e civilização significavam seguir os padrões europeus, mas, no caso específico da prisão, o modelo seria aquele dos sistemas penitenciários norte-americanos” (2007, p. 36).

O intuito era controlar a vida dos sujeitos simples e pobres, visando a moldá-los a partir de uma instrumentalização para o trabalho regular. Por esse viés, podemos interpretar que esse foi um processo que procurou criar estratégias para transformar certos costumes do trabalho “natural” em oposição ao trabalho “capitalista” (Thompson, 1998, p. 271), mormente a adaptação dos sujeitos ao trabalho regular, marcado pelo tempo cronológico.

Dessa forma, a essa perspectiva outra instituição se aliava nesse procedimento para inculcar o “uso-econômico-do-tempo” (Thompson, 1998, p. 292): a escola. As escolas foram montadas dentro das instituições prisionais, ou fora, como as congêneres tidas como espaço de aperfeiçoamento do trabalho técnico, como, por exemplo, o Estabelecimento dos Educandos Artífices (Carvalho, 2013).

A questão da disciplina visando à regeneração dos presos por meio do trabalho, escola e atenção religiosa foi um pensamento correccionalista em voga no século XIX, mas escassamente aplicado no Piauí, exceto na prisão que foi criada em Teresina. O que realmente interessava aos governantes era contar com estabelecimentos que pudessem oferecer acesso ao trabalho por parte de alguns coletivos para diminuir os gastos do tesouro provincial. Assim,

*O trabalho do preso perdia, dessa forma, seu sentido correccional e ganhava uma face sobretudo econômica, tendo em vista que os lucros auferidos nas oficinas eram utilizados para desonerar os cofres públicos e para o sustento da família do condenado (Albuquerque Neto & Maia, 2011, p. 199-200).*

Em consonância com essa interpretação, o Chefe

de Polícia, Dr. Domingos Monteiro Peixoto, fez destaque no relatório provincial expondo as benesses dos rendimentos das oficinas para o governo provincial.

*[...] está fora de duvida que as officinas, principalmente de marcenaria, hão de dar lucros reaes a província, uma vez montadas convenientemente, e contribuir a estimular aquelles infelizes, que com o trabalho obterão a sua correção moral, que vem inteiramente dele, e melhormente se conseguirá fim da pena (Província do Piauí, 01/09/1869, p. 12).*

Embora não houvesse dinheiro suficiente para realizar todas as adequações na casa de detenção, era convicção dos dirigentes que incorporar o trabalho, além de “dar lucros reaes”, ainda servia como forma de “estimular aquelles infelizes” à “correção moral”.

A proposta em voga se tornou uma realidade, e com módicos recursos foi possível fazer simples adaptações na Casa de Detenção para iniciar as oficinas. Segundo o Dr. Deolindo Mendes da Silva Moura, Inspetor da Fazenda Provincial do Piauí, essa ação destinava-se a ser um meio para mudar a “sorte do infeliz cidadão” e, por intermédio de uma ação gestora visionária, ao menos para os presidentes provinciais, “a sociedade piauihyense estende mão proctetora ao infeliz e procura preparar-lhe um futuro” (Província do Piauí, 21/07/1868, p. 08).

E quem era punido pela correção com trabalho? Estas pessoas eram classificadas como pertencentes à “classe mais baixa da sociedade, completamente privada de instrução”. Além disso, traziam consigo “ânimos incultos, paixões ardentes e fogosas, a noção do dever quase obliterada pelos preconceitos de uma educação desleixada e má” (Província do Piauí, 03/04/1869, p. 10).

De acordo com o Regulamento nº 70 da Casa de Prisão com Trabalho, publicado no jornal *O Piauihy*, em 25 de janeiro de 1868, os “réos do municipio da capital e os demais da provincia que por segurança e outras quaesquer conveniências para ella vierem, e estiverem condenados” (*O Piauihy*, 02/01/1869, p. 01), se enquadrariam nas seguintes classificações: condenados à morte, a galés perpétuas, galés temporárias e prisão com trabalho, a degredo e desterro, a prisão simples, menores, vadios e mendigos (*O Piauihy*, 02/01/1869, p. 01, art. 6º).

O preso, ao entrar na casa de prisão com trabalho, devia “ser acompanhado de uma guia ou ordem escripta da autoridade que o prendeo, na qual declare o nome do preso e o motivo da prisão” (*O Piauihy*, 02/01/1869, p. 01, art. 10º). Internamente os presos tinham uma rígida disciplina e eram hierarquizados de acordo com o crime cometido, sendo que os de “1ª classe não sahirão nunca da prisão ou célula, e mesmo n’ella trabalharão em algum serviço que



possa ser feito dentro da prisão” (O Piauí, 02/01/1869, p. 01, art. 16º); os da “2ª classe serão empregados pelos modo determinado no art. 44 do código criminal, em serviços de faxinas, fora do estabelecimento, tão bem em alguma obra publica, se o presidente da provincia assim o ordenar” (O Piauí, 02/01/1869, p. 01, art. 17º); os presos de “3ª classe são obrigados a trabalhar em comum e a se empregar em qualquer serviço que o administrador determinar dentro do estabelecimento” (O Piauí, 02/01/1869, p. 01, art. 18º); os da “4ª, 5ª, 6ª e 7ª classe não são obrigados a trabalhar, salvo se forem sustentados e vestidos a custa da provincia” (O Piauí, 02/01/1869, p. 01, art. 19º); os da “8ª e todos aquellos de que trata o artigo antecedente [...] serão obrigados ao trabalho em commum, como os da 3ª classe” (O Piauí, 02/01/1869, p. 01, art. 20º).

Distinguem-se, na casa, os trabalhos dos homens, que estavam ligados diretamente às oficinas e à limpeza da instituição; as mulheres presas “empregarão em trabalhos proprios do seo sexo, e especialmente na promptificação e concerto das roupas dos presos” (O Piauí, 02/01/1869, p. 02, art. 41º).

De acordo com o artigo 42 do mesmo regulamento, que trata do “producto do trabalho” do preso, “quando for possivel se fixará o preço de cada produto [...] afim de se regular o seu salario; mas em quanto isto não for possivel o Administrador lhe arbitrará um jornal segundo seo merecimento”. Logo, foi determinado que os presos pobres, que eram a maioria e dependiam das diárias das receitas provinciais, tiveram a fixação de repasse do “producto do trabalho” dividido em “quatro partes, sendo duas para a provincia, uma para o fundo de reserva, e a outra finalmente para ser entregue ao preso” (O Piauí, 02/01/1869, p. 02, art. 43º, § 1º).

Notemos que o trabalho do preso é valorizado apenas para aumentar as receitas provinciais, e quem menos recebia pelo seu produto era exatamente o próprio detento. Quicá ele fosse o único que não obtinha o lucro dos trabalhos realizados com o labor das oficinas. É bem verdade que esse recurso também ajudava a manter todas as despesas da penitenciária, mas em alguns casos encontramos dirigentes provinciais apontando os lucros obtidos com esse sistema, e o valor mencionado do rendimento das oficinas da cadeia foi cerca de 520\$400 (Província do Piauí, 18/07/1873, p. 156).

Os lucros com as oficinas não eram suficientes para bancar todas as despesas da penitenciária, mas ajudaram a amenizar os dispêndios do tesouro na questão da alimentação e vestuário dos presos. A propósito, estes ajudaram a movimentar a Casa de Prisão com Trabalho; inclusive, era

comum “andarem os presos pelas ruas da cidade, a venderem os objetos que fabricam e a comprarem aquellos de que precisam”. Sobretudo, na análise do presidente provincial, Dr. Pedro Affonso Ferreira, tratava-se de um acinte, pois ele classificava a ação como “immoral” (Província do Piauí, 01/11/1872, p. 08) e estimuladora de fugas.

Essa permissão de liberdade dada aos presos torna contraditório o discurso segundo o qual os presos eram sujeitos “perigosos” e “perniciosos”, pois a venda de suas produções fora da penitenciária lhes permitia um contato com a sociedade e melhor negociação das mercadorias; após as vendas, retornavam para o interior da instituição para cumprir sua pena. É bem verdade que, vez por outra, as fugas tomavam de surpresa os carcereiros, que moviam outros guardas para capturar os fugitivos, às vezes, sem sucesso, pois, com o baixo efetivo, não conseguiam trazê-los de volta à prisão.

A propósito das fugas, no interior da casa de detenção a vigilância era constante. Para tanto, foi necessário estabelecer algumas “penas disciplinares”, para intimidar a evasão. Dentre estas se destacam, primeiramente, “Advertencia e reprehensão”, “trabalho solitário e de tarefa”, “restricção alimentaria ou jejum; por tempo que não lhe prejudique a saude”, “célula escura e restricção alimentica” e “ferros, no caso de necessidade e por ordem do chefe de policia” (O Piauí, 02/01/1869, p. 02, art. 46º).

Existiam guardas que rondavam dia e noite para evitar as rebeliões e as fugas. E, para tal, o regulamento estipulou penalidades severas para aqueles que tentavam “evadir-se” ou que procurassem “alliciar outros presos”. A pena era a de “cellula escura por seis dias, com restricção alimentaria por 4 a 8 dias” (O Piauí, 02/01/1869, p. 02, art. 52º).

Vejamos na tabela 2 a quantidade de presos e suas respectivas penas nos anos entre 1873 a 1883.

Na documentação analisada, as relações dos presos aparecem de forma aleatória e essa informação descontínua nos impediu de expor uma estatística sequencial, inclusive, sobre questões ligadas a cor e profissão/ocupação, mas os dados coletados foram suficientes para notarmos a quantidade de presos e a classificação penal de cada detento.

Desse total, 11 foram “condenados à pena de morte”. Geralmente, eram escravos e libertos que aguardavam o perdão imperial ou comutação da pena para galés perpétuas. De fato, muitos destes condenados foram beneficiados com o perdão imperial; assim, através da rubrica de “Sua Majestade o Imperador”, coube aos Ministros e Secretários de Estado dos Negócios da Justiça “por bem” dar graças imperiais na forma de comutação de penas a muitos escravos<sup>7</sup>. No Piauí encontramos algumas ocor-

<sup>7</sup> Foram vários os casos de escravos condenados por homicídios sob a lei de 10 de junho de 1835 que, posteriormente, ingressaram com pedido de graça imperial para comutarem suas penas de morte para galés perpétuas, e seus argumentos jurídicos seguiram o Decreto nº 1.458, de 14 de outubro de 1854. Para ver essas e outras ações, consultar: Pirola, 2012.

**Tabela 2.** Classificação dos presos da Casa de Prisão com Trabalho, 1873 a 1883  
**Table 2.** Classification of prisoners in the Detention House with Work, 1873 to 1883

Anos	Quantidade de presos	Condenados à morte/ pena capital	Condenados às galés temporárias ou perpétuas	Prisão com trabalho	Condenados a degredo e desterro	Condenados à prisão simples	Pro-nunciados	Menores, vadios e mendigos
1873	100	-	15	47	-	26	12	-
1875	111	4	16	45	-	15	29	2
1878	82	3	16	33	-	14	15	1
1883	153	4	30	69	-	37	2	11
<b>Total</b>	<b>446</b>	<b>11</b>	<b>77</b>	<b>194</b>	<b>-</b>	<b>92</b>	<b>58</b>	<b>14</b>

Fonte: Secretaria de Polícia. Casa de Detenção/Casa de Prisão com Trabalho. Anos 1871-1888. Caixa S/N.

rências. Em 4 de agosto de 1874 foi comutada a “prisão perpétua com trabalho a pena de morte a que, por crime de homicídio, foi condenada a ré Maria Raymunda, escrava, em virtude de decisão do jury da vila da Batalha”. No ano seguinte, em 4 de novembro de 1875, por decisão do Júri do Termo de Oeiras foi condenado por crime de homicídio “o escravo Felipe”. Este também se beneficiou com a “commutação em galés perpétuas a pena de morte”<sup>8</sup>.

Com estas graças, muitos acabaram por ser enquadrados no item “condenados a galés temporárias ou perpétuas” (Brasil. Lei, de 16 de Dezembro de 1830); seu número perfazia um total de 77. Nessa condição, todos foram severamente punidos com trabalhos forçados, sem distinção. Portanto, foram penalizados: escravos, libertos, livres, estrangeiros. Desta penalidade excetuavam-se as mulheres, que deviam desenvolver serviço condizente com o seu sexo, e “aos menores de vinte e um annos, e maiores de sessenta, aos quaes se substituirá esta pena pela de prisão com trabalho pelo mesmo tempo” (Brasil. Lei, de 16 de Dezembro de 1830).

Os “condenados a galés temporárias ou perpétuas” eram os presos mais problemáticos para os carcereiros, pois, segundo as autoridades, além de serem acusados de crimes de morte, eram “indolentes” e praticavam violência dentro da penitenciária. É exemplo dessa ação a contenda entre o escravo Cosme e o também escravo de nome João, que foi

esfaqueado pelo primeiro. Portanto, alertava o administrador da penitenciária ao chefe de polícia que medidas deviam ser tomadas contra essa gente e não via outra solução senão autorização para mandar os “sentenciados a galés perpétuas” para a Ilha de Fernando de Noronha (Brasil. Decreto nº 2375, de 5 de março de 1859), justificando o envio “porque estes presos sem esperança alguma de serem soltos cometem maiores crimes por contarem com a impunidade” (Secretaria de Polícia. Casa de Detenção/Casa de Prisão com Trabalho. Anos 1871-1888).

Ainda na tabela são totalizados 194 detentos “condenados a prisão com trabalho”, em que cabia aos carcereiros obrigar e vigiar os “réos a occuparem-se diariamente no trabalho que lhes fôr destinado dentro do recinto das prisões, na conformidade das sentenças”, como enfatizava o artigo 46. Na coluna subsequente, o número de 92 se refere aos “condenados a prisão simples” que ficavam “reclusos nas prisões publicas pelo tempo marcado nas sentenças” (Brasil. Lei, de 16 de Dezembro de 1830, Art. 47). Estes podiam até ficar presos nas próprias vilas quando estas oferecessem segurança para o condenado ou ficar presos na capital.

Na prisão desenvolviam trabalhos diversos, inclusive, da limpeza da própria instituição; às vezes, prestavam serviços até em outras repartições, como foi o caso ocorrido em 4 de janeiro de 1871, em que o enfermeiro do “Hospital da S.

<sup>8</sup> Consultar esses registros nas correspondências do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça ao Presidente Provincial do Piauí. Cf. APEPI. Palácio da Presidência. Ministério e Secretária de Estado dos Negócios da Justiça. Anos, 1867-1884. Caixa IV

Casa de Misericórdia” solicitava ter sempre ao seu dispor “presos devidamente acorrentados e escoltados para o serviço de faxina e lavagem das enfermarias do mesmo hospital (Livro de Registro da Casa de Detenção/Teresina. Anos 1876-1889). O uso de presos condenados em serviços ou em seu emprego “nos trabalhos publicos” (Livro de Registro de Correspondência Oficial da Presidência com o Assistente do Ajudante Geral do Exército. Anos 1857-1860) antecede a criação da Casa de Detenção com Trabalho.

Ainda se registra, na penúltima coluna, a quantidade de 58 presos “pronunciados” que aguardavam sentenças das autoridades. Este número era pífio quando o comparamos com as denúncias das autoridades e os queixumes da sociedade relacionados à agressão física e à prática de roubo na Província.

Todavia, os “pronunciados” dependiam da instituição dos júris locais para que determinassem, de acordo com a lei, penas para seus crimes. No entanto, segundo o Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho, ao expor para os deputados provinciais a prática de punição, sobretudo, no interior do Piauí, a situação era desoladora.

*Do que vos tenho exposto comprehendereis, Senhores, qual a importância da punição; mas infelizmente um obstáculo se lhe oppoem, segundo o nosso systema de julgamento, e é o espirito de patronato, que tudo invade, e não recua em profanar o Sanctuário das leis, apresentando-se nos tribunaes a advogar a causa do crime, que para vergonha de nosso Paiz algumas vezes tem triumphado da inocência, lançando por esse modo um labéo sobre a moralidade da nossa sociedade! Em abono do que eu digo, abí estão essas escandalosas absolvição proferidas pelos Jurys de certas localidades, e com as quaes pretendem alguns indivíduos adquirir a reputação de – potentados – ou antes a vergonhosa celebridade de protectores de criminosos, e seus complices! (Província do Piauí, 01/07/1854. p. 7-8.).*

Durante a pesquisa foi possível percebermos a crise que enfrentou o sistema judiciário piauiense no tocante ao conluio entre criminosos e fazendeiros locais. Assim, na interpretação das autoridades, por estes sertões os grupos elitizados sempre procuraram interferir nos processos judiciais para livrar os seus apaniguados dos crimes e, com isso, ratificar a manutenção da impunidade. Assim sendo, o “systema de julgamento” ainda permanecia inerte e não atendia às demandas da sociedade, e o “espírito de patronato” continuava marcando o poder de mando, intimidando seus inimigos políticos e, quiçá, transformando-os em verdadeiros contraventores. Dessa forma, a lei era aplicada para aqueles que não tinham vínculo com os “patronatos” locais; outra parcela, tutelada por essa classe

abastada, era beneficiada por “escandalosas absolvições proferidas pelos Jurys”, declarando, perante a comunidade, serem “protectores de criminosos, e seus complices”. Essa visão foi corroborada por Joaquim Nabuco, ao identificar a existência de “grupos de criminosos protegidos por figuras influentes”, que usavam desse amparo por terem certeza de que “suas prisões quando efetivadas não resistiam muito tempo, pois logo estavam soltos para receber novas ordens e cometer novos crimes” (Nabuco, 1899, p. 89).

Retornemos à tabela da Casa de Prisão com Trabalho e observemos a última coluna. Lá aparecem 14 sujeitos que compõem o item “menores, vadios e mendigos”. Neste grupo, destacam-se, por exemplo, pessoas que eram consideradas “alienadas”, como foram os casos de “Bento Fernandes” e “Carlota”, tendo esta última sido “conservada nesta casa por ser louca” (Secretaria de Polícia. Casa de Detenção/Casa de Prisão com Trabalho. Anos 1871-1888).

## A prisão com trabalho aos homens livres e pobres

Voltemos aos condenados à “prisão com trabalho”, pois avaliamos que nessa classificação de presos se concentrava o maior número de homens livres e pobres. Parte destes apenados haviam praticado delitos que estavam relacionados aos crimes particulares contra a segurança individual e contra a propriedade. Os dois últimos crimes foram os mais praticados pela população carcerária piauiense.

As relações coligidas pelos administradores da Casa de Prisão com Trabalho registraram seus apenados como tendo praticado, em sua maioria, homicídios, agressões físicas, furtos e roubos. Na tabela 3, contida no relatório provincial do Dr. Manoel do Rego Barros Souza Leão, podemos perceber a quantificação desses crimes.

O relatório provincial confirmava sua austeridade e continuava utilizando como argumento central a “falta de instrução” e a ausência de uma ação punitiva mais severa, de modo que fizesse os criminosos “respeitar a vida e propriedade dos habitantes” (Província do Piauí, 01/07/1871, p. 08). Nota-se na tabela que a maioria dos crimes foram contra a segurança individual (homicídio, ferimentos e ofensas físicas, ameaças, etc.) e a propriedade (furto, roubo, estelionato, danos, vadiagem, fabrico ou uso de armas perfurantes). No entanto, os três anos coligidos somam 51 furtos. Esse número é expressivo quando comparado com os outros delitos, além daqueles que não foram oficializados nas delegacias pelo registro oficial de queixas.

Se compararmos esse número de furtos com as estatísticas da Casa de Prisão, pode-se deduzir que a maioria dos furtos tenham sido de gados e cavalos. De fato, esse crime foi combatido com veemência por ser

**Tabela 3.** Dos crimes cometidos entre os anos 1869 a 1871**Table 3.** Of crimes committed between 1869 and 1871

Crimes	Annos		
	1869	1870	1871
Homicídio	19	15	8
Tentativa de homicídio	6	4	4
Ferimentos graves	29	11	4
Ferimentos leves	-	14	12
Estupro	1	-	1
Ameaça	1	-	1
Roubo	5	3	1
Fuga de presos	1	6	-
Danos	4	-	-
Furto	41	3	7
Estelionato	3	2	1
Contra liberdade individual	2	-	-
Calúnia	-	1	-
Injúria	10	2	1
Conspiração	2	-	-
Falsidade	-	1	-
Insurreição	1	-	-
Falta de exação no cumprimento de deveres	-	2	2
Resistência	3	-	-
Perjúrio	2	-	-
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>64</b>	<b>42</b>

Fonte: NUPEM. Relatório do Presidente da Província do Piauí, Dr. Manoel do Rego Barros Souza Leão, na abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. San Luiz: Impresso na Typ. B. de Mattos. 01/07/1871, p. 08.

muito frequente, inclusive mobilizando homens, mulheres e o conluio com escravos. Vejamos o caso de Joaquim de Sousa Batalha e Eleuterio José Gonçalves. Ambos eram acusados por “furto de animaes nos campos de criar”. O primeiro, natural de Campo Maior, foi julgado no dia 3 de janeiro de 1865 e foi condenado, segundo o artigo 257 do Código Criminal (Lei, de 16 de Dezembro de 1830), a “quatro annos e oito meses de prisão simples, e multa de vinte por cento do valor furtado” (Secretaria de Polícia. Casa de Detenção/Casa de Prisão com Trabalho. Anos 1871-1888). O segundo foi pronunciado e estava preso aguardando julgamento no Termo das Barras.

Agora, em relação às mulheres podemos destacar o caso da acusada Edvirges Maria da Sollidade, natural de Morrinhos, de 51 anos de idade, viúva, que vivia de lavoura, e que, acusada pelo crime de furto de gado praticado em dezembro de 1864, foi julgada no dia 28 de junho de 1865 pelo Júri de Campo Maior. Ela “teve incursão maxima no art. 257 do Codigo Criminal, condemnada a quatro annos de prisão com trabalho, e multa de vinte por cento do valor furtado” (Fundo Palácio do Governo. Série: Município. Subsérie: Campo Maior. Anos 1864-1869).

Também encontramos, na mesma Vila, o conluio<sup>9</sup> entre livres e escravos na prática de furto. Observemos o

<sup>9</sup> A relação entre livres e escravos às vezes, era de conflitos, mas também de parceria. Para tanto, existiam casos em que agiam sozinhos, e, às vezes, na forma de parceria praticavam crimes em comum. Segundo Ricardo Ferreira, “Na maioria dos casos, eram conflitos pela posse de objeto ou animais, pelo direito de permanecer em determinados lugares e, às vezes, até pelos mesmos amores. Contudo, uma vez indiciados por crime, os escravos tinham uma chance maior de efetivamente ir a julgamento e ser condenados [...] do que os membros da população livre [...]” (Ferreira, 2011, p. 188).



registro do caso dos réus Benedicta Maria do Nascimento, que vivia de fiar e era solteira, e os escravos Sabino, Honório e Cassiano. Estes foram julgados, no dia 2 de junho de 1865, pelo crime de furto de gado; ambos tiveram julgamentos diferenciados, pois as tipologias das penas se distinguiam conforme a condição social. Por exemplo, neste caso, a condenação de Benedicta Maria foi a “incursão no medio art. 257 do Código Criminal, condemnada a um anno, sete mezes, treze dias e oito horas de prisão simples, multa de oito e um terço do valor do furtado” (Palácio do Governo, 1864).

O segundo, escravo Sabino, também foi acusado “como author” e recebeu condenação máxima de “50 açoites e ferro ao pescosso por tres meses”<sup>10</sup>, enquanto Honório e Cassiano foram absolvidos.

Como vemos, o furto de animais no cotidiano das fazendas era comum, e severas eram as diligências policiais na captura desses contraventores e na forma de penalizá-los. Inclusive, nas listas manuscritas dos presos da Casa de Prisão com Trabalho sempre eram especificadas nas linhas próximas aos seus nomes observações não somente com alusão ao Art. 257, que indicava o crime de furto, mas no final sempre ficava explícito para as demais autoridades que o delituoso era famigerado por este crime e que não bastava somente enquadrá-lo no referido artigo, mas também era necessário marcá-lo sendo useiro e vezeiro no furto de reses.

Para Thompson Flores, “diferentemente do que o discurso oficial propalava, os responsáveis pelos roubos não eram criminosos comuns, de ‘profissão’” (Thompson Flores, 2014, p. 307), mas, sobretudo, pessoas que praticavam ações movidas por “motivações sociais”. Isto ocorria

*[...] quando o acusado desconhecia as disposições legais, ou não teve a intenção delitiva, ou porque as legislações que enquadravam o abigeato não levavam em conta costumes de pequenos e médios criadores, que costumavam fazer diversas transações pecuárias à margem da lei (como deixar de marcar ou registrar os animais, conduzir gado sem os documentos respectivos ou fazer transações comerciais sem autorização administrativa) (Thompson Flores, 2014, p. 308).*

Esses “costumes” afetaram também as “transações pecuárias à margem da lei” no Piauí. Certamente, esse comércio clandestino serviu para ludibriar o pagamento do dízimo do gado. Daí muitas contendas serem resolvidas entre os proprietários e os contraventores em comum

acordo. Os casos em que se avançava para o processo judicial, provavelmente, constituíam casos em que aquelas reses eram declaradas ao fisco e, por isso, os proprietários optavam pela abertura do processo para reavê-las.

Observemos que os discursos das autoridades praticamente naturalizavam aqueles pobres, já que os consideravam especialistas em roubos de animais, mas os documentos da polícia e do judiciário registraram suas ocupações e os lugares onde residiam. Por isso, subentende-se que os delitos cometidos nos “campos de criar” podem ser avaliados a partir dos contextos territoriais e das práticas costumeiras que se estabeleceram naquele período. Primeiro, trata-se de uma região que tinha pastos extensivos, onde se criavam as reses às soltas portanto, era comum estas se desgarrarem do olhar vigilante do vaqueiro. Assim, os animais que não portavam marcas ou símbolos eram tomados por aqueles que vigiavam os pastos. Por essa ação não havia crime especializado, pois os gados não tinham sido retirados dos campos de criar do proprietário; segundo, eram homens que tinha residência fixa e ocupação definida.

Vejamos o caso do réu Manuel Vicente da Costa, que era casado, natural da vila de Campo Maior, de 29 anos de idade. Ele foi “condenado [no dia 30 de junho de 1864] a dous annos de prisão com trabalho”. No registro consta que “vive[ia] de rossas” (Palácio do Governo, 1864). Não conseguimos encontrar pistas que indicassem se o furto tinha ocorrido nos campos de criar alheios ou se a res apareceu perdida nos pastos em que o vaqueiro pastoreava.

Portanto, em meio à gama de presos com prisão com trabalho, encontramos casos de acusados de furtos que eram migrantes ou desempregados, que justificavam a ação de surrupiar as reses por “motivações sociais”, pois eram pobres e famintos. Quando os furtos eram praticados por estes homens comuns, não conseguimos identificar a negociação do animal, pois este era carneado e consumido instantaneamente por toda a família e compartilhado por alguns camaradas, que, às vezes, se tornavam réus a partir de denúncias de transeuntes ou dos próprios vizinhos que os flagravam secando nos terreiros da casa o couro das reses roubadas.

Também existiram furtos dos “produtos da lavoura” (A Época, 28/06/1879, p. 04.), como a produção de milho, arroz, farinha, dentre outros. Era comum existir nos alpendres ou em quartos das casas do interior aquele cômodo que servia de depósito para acomodar as colheitas do respectivo ano. Às vezes, os lavradores eram surpreendidos por bandos que passavam a fazer roubos coletivos

<sup>10</sup> Cf. o Código Criminal de 1830, especificamente o Art. 60, em que se dizia: “Se o réo fôr escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condemnado na de açoites, e depois de os soffrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro, pelo tempo, e maneira que o Juiz designar. O numero de açoites será fixado na sentença; e o escravo não poderá levar por dia mais de cincoenta” (Lei de 16 de Dezembro de 1830).

em regiões longínquas que demandavam a presença de autoridades policiais e judiciais<sup>11</sup>.

Neste sentido, não queremos excluir as ações de bandos e vadios. Aliás, foram constantes as ações destes com o objetivo de contrabandear tanto o gado quanto os produtos agrícolas roubados dos plantios das fazendas ou dos alpendres das casas interioranas. Eles agiam coletivamente e roubavam para vender no mercado informal. Por isso, eram constantes as correspondências entre as províncias limítrofes alertando as autoridades acerca do “ingresso de tropas no território de ambos” (Livro de Correspondência com autoridades de outras províncias. Anos 1855-1857). Assim, advertiam-se as autoridades fazendo referência às fronteiras do Piauí com o Ceará e o Maranhão. Por outro lado, também não podemos universalizar o discurso e estereotipar que os homens livres e pobres, mormente aqueles que não estavam ligados a fazendeiros, fossem ociosos e, por serem suspeitos, objeto de vigilância por parte do poder policial.

## Considerações finais

Ao fim deste artigo convém reforçarmos que, no terceiro quartel do século XIX, existiu grande circulação de pessoas itinerantes vindas de outras províncias ou migrando internamente no vasto território piauiense. Assim, terminamos por interpretar que essas pessoas não podem ser comparadas a ladrões especializados, que saíram desvairados de seus espaços de origens para praticar roubos em terras alheias.

O que se viu, durante essa pesquisa, foi uma elite acuada e com medo, certamente, dessa gente que partiu sem rumo. Esses homens e mulheres foram objeto de alusões pejorativas e críticas severas pela imprensa, autoridades policiais e pelos próprios presidentes provinciais, pois eram grupos que, pela suspeita que geravam, ameaçavam uma possível tomada de seus patrimônios.

Com esse perfil negativado pela imprensa e sem fixação nos setores produtivos da província, gerou-se a impressão, entre os proprietários e as autoridades, de que estes homens preferiam furtar a dedicar-se ao trabalhar regular. Por isso, a Casa de Prisão com Trabalho foi vista como uma ação salutar e ganhou o agrado das elites, pois, com a proposição de encarcerar os delituosos e de corrigi-los, estabeleceu-se uma visão de que a disciplina

aplicada no ambiente da casa podia fazê-los homens dispostos ao labor; logo, assim que a liberdade do cárcere lhes fosse concedida, eles deveriam estar aptos para o “mercado de trabalho”.

No entanto, conforme observou Chalhoub, no final dos oitocentos no Rio de Janeiro, esse “esquema não dá conta de milhares de indivíduos que, não conseguindo ou não desejando se tornar trabalhadores assalariados, sobreviviam sem se integrarem ao tal ‘mercado’ [...]” (2001, p. 62). Assim, procurando articular o que ocorreu no Rio de Janeiro ao Piauí, entendemos que o fluxo migratório ocorrido nessa província também inviabilizaria esse enquadramento planejado para o trabalho regular, pois durante o estudo foi constatada uma infinidade de tarefas que eram praticadas por esses homens na informalidade.

Assim, destacamos a caça, a pesca, vendedor ambulante, areeiro, jornaleiro; enfim, os contratos temporários para roçar, plantar e outras empreitadas que foram acordados entre os homens livres e os proprietários nos evidenciam que aqueles não rejeitaram o trabalho, exceto aqueles labores que exigiam a condição de tornar-se agregados ou aqueles serviços que podiam associá-los a um trabalho escravo.

Assim sendo, podemos avaliar que a “estratégia de utilizar isolamento e o trabalho para empreender a transformação moral desses indivíduos não logrou efetividade” (Britto, 2014, p. 47). Destas ações, percebemos que os governos provinciais não traçaram um projeto para reformar as prisões do Piauí; o debate girou em torno dos poucos recursos financeiros do tesouro provincial para arcar com as despesas carcerárias, e as oficinas foram vistas como possibilidades de o preso produzir e vender seus produtos a fim de bancar sua estadia durante o encarceramento. Assim, concluímos citando a afirmação de Albuquerque Neto e Maia de que o “trabalho do preso perdia, dessa forma, seu sentido correccional e ganhava uma face sobretudo econômica”, que transformou a casa de prisão em um lugar privado, pois “os lucros auferidos nas oficinas eram utilizados para desonerar os cofres públicos e para o sustento da família do condenado” (2011, p. 199-200).

## Referências

- AGUIRRE, C. 2009. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: C.N.MAIA *et al.* *História das prisões no Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Rocco, 329 p.

<sup>11</sup> Caso exemplar era a Vila de Príncipe Imperial, em que, por intermédio de intrigas locais e das fronteiras que fazia com o Ceará, era comum ocorrer sérios conflitos armados naquela região. Desta forma, no Ofício Reservado Nº 20, do gabinete provincial foram enviadas ao Juiz de Direito de Príncipe Imperial ações para tal pauta, tendo em vista que a região era citada nas reuniões do alto escalão da Corte; vejamos o que dizia o Dr. Diogo Velho Cavalcanti d'Albuquerque, Presidente Provincial ao Juiz: “Não é estranho a V. mce. o interesse que o Governo de S. M. o Imperador liga ao estado melindroso do Termo de Príncipe Imperial, dessa Comarca, no qual interesses ilegítimos tem entorpecido a administração da justiça e nullificado a ação da lei. No intuito de obviar os inconvenientes de tão deplorável situação e de restabelecer o regular andamento dos negócios, tem julgado esta Presidência confiar os cargos publicos mais importantes a agentes alheios as questões locais e capazes de cumprir os seus deveres com independencia e energia” (Correspondências Reservadas dos Presidentes da Província, 1859).

- AL-ALAM, C.C. 2013. *Palácio das misérias: populares, delegados e carcereiros em Pelotas (1869-1889)*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado, PUCRS, 274 p.
- ALBUQUERQUE NETO, F.S.C. 2008. *A reforma prisional no Recife oitocentista: da cadeia à casa de detenção (1830-1874)*. Recife, PE. Dissertação de Mestrado em História, CFCH/UFPE, 148 p.
- ALBUQUERQUE NETO, F.S.C. 2015. *Punir, recuperar, lucrar: o trabalho penal na casa de detenção do Recife (1862-1879)*. Recife, PE. Tese de Doutorado em História, CFCH/UFPE, 212 p.
- ALBUQUERQUE NETO, F.S.C.; MAIA, C.N. 2011. O trabalho penal na Casa de Detenção do Recife no século XIX. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Niterói, UFF, 3:187-202. <https://doi.org/10.5533/1984-2503-20113202>
- BRITTO, A.M. 2014. *Fissuras no ordenamento: sociabilidades, fluxos e percalços na Casa de Detenção do Recife (1861-1875)*. Recife, PE. Dissertação de Mestrado, CFCH, 220 p.
- BRITTO, A.M. 2018. Punição, regeneração e autonomia: aspectos do trabalho prisional vistos a partir da fuga do “preto Thomaz” (Recife, 1868). *Revista Crítica Histórica*, 17:27-50. <https://doi.org/10.28998/rchv19n17.2018.0003>
- CARVALHO, G.M.R. 2013. Construtores e aprendizes: cativos da Nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1873). Porto Alegre, FCM Editora, 212 p.
- CESAR, T.S. 2014. *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da Província de São Pedro (1850-1888)*. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado, UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), 226 p.
- CHALHOUB, S. 2001. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 367 p.
- DANTAS, M.D. (org.). 2011. *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo, Alameda Editorial, 566 p.
- FERREIRA, R.A. 2011. *Crimes em comum: escravidão e liberdade sob a pena do Estado imperial brasileiro (1830-1888)*. São Paulo, Editora UNESP, 262 p.
- HOLLOWAY, T.H. 1997. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 343 p.
- LARA, S.H.; MENDONÇA, J.M.N. (orgs.). 2006. *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 543 p.
- MAIA, Clarissa Nunes. 2001. *Os policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915*. Recife, PE. Tese de Doutorado em História, CFCH/UFPE, 252 p.
- MARSON, I.A. 1984. Trabalho livre e progresso. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 7:81-93.
- NABUCO, J. 1899. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época*. 3 vols. Rio de Janeiro, H. Garnier, 681 p.
- PIROLA, R.F. 2012. *A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. Campinas, SP. Tese de Doutorado em História. IFCH/UNICAMP, 444 p.
- SILVA, M.C. 2014. *Batuque na rua dos negros: escravidão e polícia na cidade de Teresina, século XIX*. Teresina, EDUFPI, 174 p.
- THOMPSON FLORES, M.F.C. 2014. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 395 p. (Coleção e-book ANPUH-RS).
- THOMPSON, E.P. 1998. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 493 p.

- TRINDADE, C.M. 2007. *A Casa de Prisão com Trabalho da Bahia (1833-1865)*. Salvador, BA. Dissertação de Mestrado em História, FFCH/UFBA, 172 p.
- TRINDADE, C.M. 2012. *Ser preso na Bahia no século XIX*. Salvador, BA. Tese de Doutorado em História, FFCH/UFBA, 304 p.

## Fontes primárias

- A Epoca. Ano II, nº. 65, 28/06/1879, p. 04. Coleção Digital, Núcleo de Pesquisa, História e Memória/UFPI.
- BRASIL. 1830. Lei de 16 de dezembro de 1830. Coleção das Leis do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm). Acesso em: 23/10/2019.
- BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1859. Decreto nº 2375, de 5 de Março de 1859. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1859. Vol. 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2375-5-marco-1859.....> Acesso em: 23/10/2019.
- Caixa IV. Palácio da Presidência. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. Anos, 1867-1884.
- Caixa S/N. Secretaria de Polícia. Casa de Detenção/Casa de Prisão com Trabalho. Anos 1871-1888.
- Caixa, 38. Fundo Palácio do Governo. Série: Município. Subsérie: Campo Maior. Anos 1864-1869.
- Livro de Correspondência com autoridades de outras províncias. Anos 1855-1857. SPE. Cód. 861. Estante: 08. Prateleira 01.
- Livro de Correspondência recebida do Palácio Governo. Min. e Secretaria do Estado dos Negócios da Justiça. Anos 1852-1854. SPE. Cód. 070. ESTN. 01. PRAT. 02.
- Livro de Registro da Casa de Detenção/Teresina. SPE. Anos 1876-1889. COD. 927. ESTN. 08. PRAT. 02.
- Livro de Registro de Correspondência com a Administração da Fazenda Provincial. Anos 1866-1868. SPE. Cód. 1017. ESTN. 09. PRAT. 02.
- Livro de Registro de Correspondência com o Chefe de Polícia. Anos 1854-1858. SPE. Cód. 758. ESTN. 07. PRAT. 04.
- Livro de Registro de Correspondência Oficial da Presidência com o Assistente do Ajudante Geral do Exército. Anos 1857-1860. SPE. Cód. 062. ESTN. 01. PRAT. 02.
- Livro de Registro de Correspondências com Autoridades. Anos 1861-1867. SPE. Cód.: 724. ESTN: 06. PRAT. 03.
- Livro de Registro de Correspondências do Palácio do Governo com Delegados, Subdelegados e Chefia de Polícia. Anos 1850-1857. SPE. Cód. 756. ESTN: 07. PRAT. 01.
- Livro de Registro de Correspondências Reservadas dos Presidentes da Província. Anos 1859-1860. SPE. Código: 186. Estante: 02. Prateleira: 02.
- Livro de Registro de Ofícios da Presidência. Anos 1851-1854. SPE. Cód. 757. ESTN. 07. PRAT. 01.
- O Piauí. Ano II, nº. 56, 02/01/1869, p. 01. Coleção Digital, Núcleo de Pesquisa, História e Memória/UFPI.
- Província do Piauí. 1850. Relatório do presidente José A. Saraiva à Assembléia Legislativa Provincial. Oeiras-Piauí. Impresso na Typ. Provincial. 07/09/1850.
- Província do Piauí. 1854. Fala do Presidente da Província do Piauí, Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho, apresentada a Assembléia Legislativa Provincial. Maranhão, Impresso na Typ. Do Observador de F. M. de Almeida. 01/07/1854.
- Província do Piauí. 1861. Relatório que o presidente da Província do

- Piauí, Dr. Antonio de Brito Souza Gayoso, apresentou a Assembleia Legislativa Provincial. Impresso na Typ. Conservadora, Teresina. 13/07/1861.
- Província do Piauí. 1862. Relatório que o presidente da Província do Piauí, Dr. José Fernandes Moreira, apresentou a Assembleia Legislativa Provincial. Impresso na Typ. Constitucional, Teresina. 10/11/1862.
- Província do Piauí. 1864. Relatório do Presidente da Província do Piauí, Dr. Franklin Americo de Meneses Dória, na abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. San Luiz, Impresso na Typ. B. de Mello. 01/07/1864.
- Província do Piauí. 1865. Código das Leis Piauienses 1865. Tomo 25. Parte 1-2. Secção. San'Luiz: Typ. de B. Mattos, Rua da Pax, 7. Caixa n° 2. Leis, Decretos e Resoluções – 1860 a 1873.
- Província do Piauí. 1865. Relatório do presidente da Província do Piauí, Dr. Franklin Americo de Meneses de Dória, apresentado a Assembleia Legislativa Provincial. Impresso na Typ. B. de Mello, San Luiz. 12/07/1865.
- Província do Piauí. 1867. Relatório do presidente da Província do Piauí, Dr. Adelino Antonio de Luna Freire, apresentado a Assembleia Legislativa Provincial. Impresso na Typ. B. de Mattos, San Luiz. 09/09/1867.
- Província do Piauí. 1868. Relatório que o presidente da Província do Piauí, Dr. José Manoel de Freitas, apresentou a Assembleia Legislativa Provincial. Impresso na Typ. B. de Mattos, San Luiz. 21/07/1868.
- Província do Piauí. 1869. Relatório do presidente da Província do Piauí, Dr. Theotônio de Souza Mendes, apresentado a Assembleia Legislativa Provincial. Impresso na Typ. B. de Mello, San Luiz. 01/09/1869.
- Província do Piauí. 1869. Relatório que o presidente da Província do Piauí, Augusto Olimpio Gomes de Castro, apresentou a Assembleia Legislativa Provincial. Impresso na Typ. José Matias, San Luiz. 03/04/1869.
- Província do Piauí. 1871. Relatório do Presidente da Província do Piauí, Dr. Manoel do Rego Barros Souza Leão, na abertura da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. San Luiz, Impresso na Typ. B. de Mattos. 01/07/1871.
- Província do Piauí. 1872. Fala que o presidente da Província do Piauí, Dr. Pedro Affonso Ferreira, apresentou a Assembleia Legislativa Provincial. Maranhão, Typ. do Paiz. Imp. M. F. V. Pires. 01/11/1872.
- Província do Piauí. 1873. Relatório que o presidente da Província do Piauí, Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Mello, apresentou a Assembleia Legislativa Provincial. Maranhão, Typ. do Paiz. Imp. M. F. V. Pires. 18/07/1873.

*Submetido em: 31/01/2020*

*Aceito em: 30/03/2020*